

RESUMO

MENDONÇA E ELEOTÉRIO:

ORALIDADE, MEMÓRIA E IDENTIDADE INDÍGENA DO RIO GRANDE DO NORTE

Jussara Galhardo Aguirres Guerra
Base de pesquisa CIRS/DAN/UFRN
Museu Câmara Cascudo/UFRN

As comunidades dos “Mendonça do Amarelão”, localizada em João Câmara, e dos “Eleotério”, no distrito de Catu, município de Canguaretama, apresentam uma “memória histórica” que os remetem a origens indígenas, ligadas aos *Tapuia* (antigos habitantes dos interiores do RN ; também um nome genérico utilizado pelos portugueses e povos de origem Tupi). As produções narrativas que compõem a história oral dos grupos – os mitos e relatos sobre os encantados – revelam esta ancestralidade indígena. No entanto, os registros oficiais a respeito das origens dessas comunidades são raros, salvo algumas referências sobre os “Mendonça” do Amarelão. As comunidades, apesar de apontarem para uma identificação indígena, não a apresentam da mesma forma. Muitos são receosos, na admissão de uma “identidade diferencial”, devido a fatores de ordem político-ideológica e cultural, que têm atuado, nas vidas destes indivíduos, ao longo de todo o processo de colonização e ocupação da região. Em vista desses e outros problemas, muitas famílias protegem-se, há muito, no anonimato. Outras emigraram, se dispersaram, o que, conseqüentemente, gerou a assertiva, formulada em meados do século XIX e tida desde então como verdadeira, de que no Rio Grande do Norte não havia indígenas, instituindo, na região, a tese de seu “desaparecimento” ou “extinção”. Apenas recentemente, percebe-se uma nova forma de comportamento desses indivíduos, os quais vêm demonstrando, de forma crescente, que estão dispostos a reivindicar, oficialmente, o reconhecimento de uma identificação indígena.

Palavras-chaves: História Oral – Memória – Identidade – Reconhecimento Étnico

MENDONÇA E ELEOTÉRIO:
ORALIDADE, MEMORIA E IDENTIDADE INDÍGENA DO RN

INTRODUÇÃO

Os dados oficiais referentes à história indígena do Rio Grande do Norte indicam que, a partir do século XIX, o indígena passa, gradativamente, por um processo de extinção, ao mesmo tempo em que era disperso, frente aos núcleos urbanos que avançavam. Essa situação se agravou sensivelmente com a criação da Lei de Terras, a partir de meados do século XIX, quando populações indígenas foram expulsas definitivamente de seus territórios. Os aldeamentos extintos cederam lugar às vilas e latifúndios, ocupando-se sumariamente as terras dos nativos para fins comerciais, lucrativos e de ocupação colonial.

Neste período conturbado muitas famílias se dispersaram em diversas localidades do estado, como também ocorreram inúmeras migrações para estados vizinhos, como na Paraíba. Dizer-se “índio” minimamente soava como uma armadilha contra sua própria integridade e dentro dessa lógica de extermínio, umas das saídas estratégicas para a sobrevivência desses grupos foi o uso comum da alcunha “caboclo”. A partir de então foi criada a assertiva do “desaparecimento” indígena no RN, considerando que restavam apenas os “mestiços”. Fontes oficiais informam que *“depois de 1850 rareiam as informações e as referências são realmente aos mestiços”*. (CASCUDO[1955]; 1995:44).

Determinados aspectos de natureza político-ideológica vêm agindo sobre inúmeras famílias, ao longo de todo o processo de colonização e chega aos dias atuais, provocando um

comportamento defensivo no relacionamento desses grupos com a sociedade envolvente. No entanto, observações preliminares realizadas em duas comunidades, Os Mendonça e os Eleotério, localizadas respectivamente em João Câmara, a noventa Km ao norte de Natal e Canguaretama, no litoral sul do estado, apontam para uma significativa variação neste quadro. Os primeiros dados coletados, através de observações etnográficas e de reconstrução da história oral destes grupos, indicam que os indivíduos que os formam revelam uma “memória histórica” e genealógica que os remetem a origens indígenas, ligadas aos Tapuia, os ancestrais habitantes do interior do Rio Grande do Norte.

Deste modo, apenas recentemente, percebe-se uma nova forma de comportamento em muito desses indivíduos, os quais vêm demonstrando, de forma crescente, que estão dispostos a reivindicar em nível oficial, o reconhecimento de uma identificação indígena, através “das memórias subterrâneas que prosseguem em seu trabalho de subversão”.(POLLAK 1989:2).

MEMÓRIA, ORALIDADE E IDENTIDADE

No Rio Grande do Norte, ainda na primeira metade do século XX, diversos políticos e empresários ocuparam grandes extensões de terra no interior do estado com objetivos comerciais através do desenvolvimento de monoculturas como o algodão, o agave, a cana de açúcar, etc. Por volta de 1914 João Câmara, político conhecido como influente empreendedor, ocupou milhares de hectares na região do Mato Grande **(1)**, onde desenvolveu e comercializou o algodão. Ele construiu mais de seiscentos quilômetros de estradas para facilitar a circulação do comércio algodoeiro e da expansão de seus empreendimentos naquela região, num período compreendido de 1917 a meados dos anos quarentas. A mão-de-obra que impulsionou essa atividade econômica veio em grande parte dos próprios moradores da região, mais

precisamente, dos “*Mendonça do Amarelão*”, bem como atraiu a atenção de outros trabalhadores de várias localidades do Estado.

Nesse panorama político-econômico, os *Mendonça* sofreram perdas significativas de suas terras centenárias, além de trabalharem como “peões” no plantio daquela cultura, assim como também na construção das estradas de ferro, hoje abandonadas. Após o período promissor do algodão veio sua decadência no início da década de quarenta, e os *Mendonça* passaram a trabalhar na plantação do agave, atividade econômica de baixa repercussão comercial. E, à medida que avançavam os empreendimentos comerciais, proporcionalmente suas terras eram tomadas por inúmeros fazendeiros na região.

Em dias atuais, os “*Mendonça*” vivem numa comunidade localizada a dez quilômetros da cidade de João Câmara, chamada Amarelão com mais de duzentas famílias e que ainda hoje vivenciam conflitos de terras. Este grupo resolveu aderir ao MST, por volta da década de noventa, conseguindo apenas legalizar um assentamento, o de *Santa Teresinha*, com vinte e cinco hectares e que abriga cerca de cento e trinta famílias dos *Mendonça*. Hoje são mais de duas mil pessoas que vivem no Amarelão e no *Assentamento Santa Teresinha*.

A origem desse grupo, conforme relatos da história oral, está ligada aos antigos Tapuia⁽²⁾ que se deslocaram do Brejo da Paraíba ⁽³⁾ ,fixando-se no Amarelão, onde permaneceram, formando uma comunidade estruturada por laços de parentesco. O Brejo foi um aldeamento indígena com a invocação de São João, habitado pelos índios Tapuia de Fagundes, sob as ordens de um missionário capuchinho. O topônimo “Amarelão”, por sua vez, de acordo com uma das versões presentes na tradição oral da região, estaria vinculado aos Tapuias que eram “amarelos”, ou seja, tinha a tez “acobreada”, daí o lugar receber essa denominação peculiar. No entanto, há outras versões que são relatos sobre antecessores que

vieram de Bananeiras⁽⁴⁾. Conforme dados históricos, a Serra de Bananeiras situava-se na antiga Capitania da Paraíba do Norte, onde existia o aldeamento indígena de Boa Vista.

Segundo Nestor Lima:

Há mais de um século, veio do Brejo paraibano, Ignácio Barbosa, casado com Isabel Maria da Conceição e fixou-se no Amarelão. Mais ou menos na época, chegava de São Gonçalo, Antônio José de Mendonça (índio domesticado) com sua mulher". (LIMA:1990, p.20).

O historiador potiguar afirma ainda que a descendência dos casais se entrelaçou, dando origem aos “Mendonça” do Amarelão, que se agruparam em uma aldeia ⁽⁵⁾. Ainda hoje os “Mendonça” preferem casamentos endogâmicos (uniões no próprio círculo familiar), o que, de certa forma, torna o grupo resistente e coeso, se diferenciando da população da cidade, que os considera de forma discriminatória, denominando-os “índios”, “ciganos” e ou “cab’ôcos”.

Luís da Câmara Cascudo faz também menções ao grupo, quando ele se refere aos deslocamentos e às migrações indígenas no Estado:

“Pelos trilhos, dez quilômetros além, estendia-se o Amarelão onde os Mendonças moravam há mais de um século em regime tribal, mestiços de Tupis, fugidos dos aldeamentos que se tornaram vilas (...)”. (CASCUDO 1995:37).

Tantos os relatos da história oral dos entrevistados do grupo quanto os dados históricos, através dos registros oficiais, levam a crer na origem indígena dos *Mendonça*. Essa família, por sua vez, também apresenta uma memória genealógica indígena. Isso determinou, inclusive, o uso comum entre eles da referência identitária: “*Mendonça*”. Esse “apelido”, como eles preferem assim chamar, refere-se aos antecessores indígenas, acima assinalados por Nestor Lima, que chegaram àquela localidade por volta do século XIX, povoando o “Amarelão”.

Em Catu, distrito pertencente ao município de Canguaretama, situado há mais de setenta quilômetros da capital, abriga-se uma família com características igualmente peculiares. Conhecido como os “Eleotério” esse grupo é composto por mais de quinhentas e sessenta e oito pessoas, distribuídas em cento e quatro famílias, cujo território, em grande parte foi tomado e ocupado pela Usina Estivas, uma grande produtora de cana-de-açúcar que chega a ocupar cerca de trinta e cinco mil hectares entre Canguaretama e Parnamirim, ambas no RN. Segundo os Eleotério, a usina que é pertencente à família Tavares de Melo de Pernambuco, tem comumente processado a queima da cana, sem maiores cuidados, o que vem ocasionando inúmeras ocorrências de problemas respiratórios, principalmente entre as crianças da comunidade. Segundo informações de pessoas do grupo, a usina só conseguiu se estabelecer nas terras do Catu há muitas décadas atrás, porque grande parte dos moradores da localidade que havia recebido propostas de compra das terras, acabou vendendo seus lotes a preços módicos, bem aquém de seu valor real. Atualmente o grupo sofre certas interdições do IBAMA/RN (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) no que se refere a algumas atitudes cotidianas como: cortar madeira para *fazer lenha*, colher frutos na região, bem como tentar circular na área da usina livremente.

Um morador do Catu afirma:

“As terras daqui era dos moradores do Catu e foram compradas por 3Kg de bolo, a preço de nada (...) O Governo Federal devia comprar essas terras e devolver para nós, os verdadeiros donos”.

Em relação à povoação de Canguaretama, segundo Olavo de Medeiros Filho⁽⁶⁾ logo após a Guerra dos Bárbaros, os índios foram aldeados na Lagoa de São João, atualmente zona urbana de Canguaretama. Cinco anos depois, a Aldeia de São João Batista da Ribeira do Cunhaú ainda existia. Em 1740 surge a aldeia de Igramació administrada por padres carmelitas da Reforma Turonense. Duas décadas depois, em 1762 é criado, nas terras do

aldeamento, o município de Vila Flor. Mais de cem anos após isso, em 1858, a Vila sede do município é deslocada para povoação de Uruá, que passa a se chamar Vila de Canguaretama. Provavelmente, os Tapuias que viviam no povoado de Uruá foram descendentes dos antigos Tapuias da aldeia São João Batista da Ribeira do Cunhaú, fundada em 1702. (MEDEIROS FILHO: 1997, p. 62).

Segundo Ferreira Nobre,

Uruá foi arrayal, aonde os índios se empregaram no fabrico de vasos de barro, cujas que ornavam, bordando-as bem como cestinhas de palha e cordad de embiras".(NOBRE APUD LIMA, 1937, p. 70).

Conforme as observações feitas, poder-se-á supor, ou ao menos cogitar a possibilidade de que os Eleotérios sejam, de fato, descendentes dos índios Tapuia do antigo povoado de Uruá, o último reduto dos índios *Tapuia Canindé* naquela região. Por sua vez, a história oral do grupo reforça essa possibilidade através de uma memória-histórica que cita a origem da comunidade a partir de três irmãos da família dos Eleotério, sendo um deles casado com uma índia Tapuia. Os irmãos receberam as terras do Catu, por volta de 1850, de um padre chamado Tertuliano de Góis, daí o nome do lugar ser Catu **dos Eleotérios**. Vale salientar que os fatos citados na tradição oral estão, cronologicamente, ocupando a mesma temporalidade da constituição do povoado de Uruá, período que marca o surgimento do grupo a partir da união de índios aldeados com uma Tapuia.

Vando, morador do Catu afirma:

“As terras foram doadas a três irmãos: Serafim, Manoel e Antônio. Sendo um desses casado com uma Tapuia. Daí surgiu a família dos Eleotério”.

Paralela a essa memória genealógica pode ser observada também a presença de uma identificação indígena que se pronuncia inicialmente como uma identidade mestiça, “cabocla”, descendentes dos primeiros índios que ali foram instalados e reunidos no aldeamento missionário de ribeira do Rio Cunhaú, por volta do século XIX. Alguns dos mais velhos da comunidade do Catu, como o Senhor Juvenal, falecido recentemente, sendo por diversas vezes entrevistado, por sua experiência de vida, ele detinha um repertório muito importante de memória e história do grupo. Referira-se por diversas vezes a uma bisavó Tapuia que teria se casado com um dos irmãos Eleotérios, conforme versão também assentada na historiografia.

Sr. Juvenal afirmava,

“Não sou cabôc’o, sou Tapuia! Minha bisavó tinha quatro buracos de venta! Ela era Tapuia”.

Sr. Nascimento, sobrinho de Sr. Juvenal afirma,

“Eu sou sobrinho de Juvenal e me reconheço como índio. A minha tataravó era Tapuia. Na comunidade oitenta por cento é dos Serafim, mas, a maioria não quer se “índio”, por causa da discriminação. Todos que tem o sobrenome Serafim são descendentes de índios. Não importa a discriminação, eu sou índio!”

Em ambas as comunidades há uma forte presença da memória genealógica e, em parte do grupo já se percebe o desejo de uma identificação étnica. Entre os Eleotério, essa definição se dá de maneira mais evidente, visto que o grupo se mobiliza em termos de reconstrução de sua história, buscando inclusive apoio de órgãos governamentais, como a FUNAI de João Pessoa, capital paraibana, e dos “parentes” Potyguara, indígenas da Baía da Traição, também no vizinho estado da Paraíba, no intuito de acionarem conjuntamente mecanismos para o reconhecimento étnico do grupo.

Vando afirma que,

“Para ser índio não é preciso exame de DNA, nem pesquisa antropológica. Precisa sim, o cidadão se considerar assim e assumir isso. Muitos descendentes têm vergonha de dizer que é índio”.

Além da memória histórica e genealógica presentes na oralidade dos grupos, outros aspectos são igualmente relevantes para o entendimento da ancestralidade indígena. São as narrativas que falam sobre os “seres encantados”, habitantes das matas, que estão em geral associados a contextos semelhantes ao da mitologia indígena. Eles estão inseridos em ambientes do elemento água, como a Mãe-d’Água, e do elemento terra, a *Dona Fulozina*. Ambos os seres encantados são dotados de certos poderes e autonomia, considerando que podem interferir no cotidiano das pessoas da comunidade. Certos relatos narrados por Sr. Nascimento, quarenta e oito anos, e do Sr. Juvenal, quando ainda vivo, falam de *seres encantados* como: a Comadre Fulozina que está ligada às caças e à ambientação da floresta; ora ajudando ao caçador, lhe facilitando a caça e, ora, impedindo-o, punindo-o, atrapalhando-o. E o outro ser encantado chama-se *Mãe-d’Água*, vulto do rio que aparece em suas margens e desaparece sem deixar vestígios, “some como por encanto”, conforme eles relatam. O vulto no rio foi relatado por diversas pessoas da comunidade. As narrativas falam de um vulto observado sempre perto do rio, muitas vezes de cócoras, e quando alguém se aproxima dele, um salto rápido dentro do rio o faz desaparecer sem deixar nenhum vestígio. Sr. Vando Eleotério, professor da comunidade conta: “a noite quando vão tomar banho no rio a gente vê um vulto sentado de longe e depois se joga n’ água”. É a Mãe d’Água”.

Sr. Nascimento conta: “a Comadre Fulozina é um espírito das mata que protege os animais!” e continua com sua história:

“- a nossa estória começa numa caçada de peba (espécie de tatu) há trinta anos atrás, de três horas da madrugada num grande buraco de oito metros, na toca do peba. Eu tava dentro do buraco e pedi a meu pai: me passe o chucho! Meu pai me disse: só vou matar, Manéu, porque só tem esse. Quando ele disse isso, o meu corpo só era sangue da cintura pr’a baixo por causa das cabeçuda (formigas). Então ouvi um forte estampido no ouvido. Como você diz só mato porque só tem um! Meu pai disse: você n’um entende nada do mato!

- *Se eu não entendo, vou parar de mexer com isso! Meu pai bateu com um pau na cabeça do peba. Foi quando eu ouvi um estampido ainda maior dentro do ouvido. S.Nascimento comenta: “Passei um bucado de tempo co’ ouvido doendo. O bicho era dela! (Dona Fulozina). Dizem que quando o bicho tem uma orêia cortada, é dela!”*

- *O peba era da Comadre Fulozina porque tinha a marca dela. Só tinha uma orêia. O peba escapou desembestado por uma vereda e se ouvia um assovio desconhecido, Nelson caçador gritava: procura nêgo! procura nêgo! Foram pelo caminho e escutaram o assovio dela numa noite de lua. Como ela ficou assoviando e o Nelson criticando com o procura nêgo, num instante achou. De repente vimo os dois cachorro passar atrás d’um bicho estranho e grande. Um dos cachorro vinha montado em cima do bicho e o outro “colado”(perseguido). Encurralamo o bicho em cima de uma árvore e derrubamo ela, mas nada encuntramo”.*

Seu Juvenal , aos oitenta e cinco anos anos narrava:

“Dona Fulozina é moça encantada. Eu era caçador e vi muitas vezes a Fulozina. Ela apita. Quando apita longe esta perto. Quando apita perto, está longe. Aquele que tiver amizade co’ela caçava muitos veados” Batista caçou muitos veados. Ele tinha amizade co’ela!

As narrativas dos Eleotério sobre seres encantados revelam uma conexão existente com os antecessores indígenas, considerando suas similitudes nas narrativas dos seres encantados; ora surgindo junto às águas, nos rios e ora, tomando conta das matas, protegendo os animais. Sobretudo, as histórias contadas têm uma temporalidade demarcada num passado mais distante quando havia flora e fauna em abundância na região do Catu e que hoje se encontram devastadas pela Usina Estivas, produtora de cana-de-açúcar da região, se estendendo a outras localidades vizinhas do estado.

Por sua vez, entre os *Mendonça do Amarelão*, não há relatos de histórias sobre seres encantados. No entanto, segundo eles, há certos lugares de memória como a “caverna do Tapuia” que faz uma conexão com seus antecessores indígenas. Este fato está sendo ainda investigado através de visitas e entrevistas à comunidade. Já no que se refere ao processo de identificação entre os Mendonça há também alguns enfrentamentos e resistências advindas de alguns indivíduos do grupo. Para um melhor entendimento dessa questão entre eles, observa-se que a memória-histórica os remete aos antecessores indígenas que estão presentes, sobretudo na memória genealógica, bem como a identidade do grupo se remete aos

antecessores indígenas através da referência identitária "Mendonça". O grupo adota preferencialmente, o casamento endogâmico que funciona como um mecanismo de coesão social. Esse procedimento se estende a todos que compartilham do grupo, constituindo-se também um mecanismo de integração de indivíduos externos que por meio do casamento, podem morar na comunidade. Outra forma de inserção no grupo, como visto organizada segundo os moldes da família extensa, embora menos comum, se dá pela necessidade de sua presença para viabilizar projetos comuns com a comunidade, compartilhando do seu modo de vida e cotidiano, durante um longo período. Então, este indivíduo poderá vir a receber a nomeação de *Mendonça*. Vale lembrar que essa adscrição categórica é uma referência identitária originada a partir de antecessores indígenas que ali se instalaram a partir do século XIX (LIMA:[1937]; 1991:20).

Outro fator relevante que também interfere no processo de identificação dos Mendonça está no engajamento do grupo ao MST e à Igreja no que se diz respeito às questões ligadas à terra e, por esse motivo não sentem a necessidade de conduzir suas lutas e reivindicações através de uma identificação e reconhecimento étnicos.

CONCLUSÃO

Estas considerações preliminares têm como preocupação, neste momento trazer à tona a história oral dos grupos estudados, a partir de sua memória histórica e genealógica, bem como de suas narrativas sobre os seres encantados que, ao que tudo indica estão ligados a uma

ascendência indígena presente em ambas as narrativas dos grupos estudados. Essa origem, mesmo distante, permanece bem marcada na memória familiar, apesar da ação de sucessivos projetos político-econômicos agir dramaticamente sobre eles, divorciada de qualquer preocupação social com estes indivíduos e que provocou ao longo de décadas, além da tomada de terras centenárias, o surgimento da miséria, da marginalização e do estigma que os diferencia dos “outros, visto que são tratados pela sociedade regional como “cablocos”, “índios”, “ciganos”, onças, etc.

Esses indivíduos se apresentam ora como “cablocos”, ora como Tapuia (sua origem ancestral) dependendo do discurso que politicamente seja expresso nas relações interpessoais. O fato é que historicamente foram reprimidos e discriminados, lançando-se contra estes e a diversas famílias no estado, em situação similar, toda a sorte de perseguições físicas e morais. Por isso, eles criaram estrategicamente um mecanismo de defesa, alicerçado no silêncio e no anonimato, provocando uma “invisibilidade” que os registros oficiais chamaram de “desaparecimento”.

Mais recentemente, esses grupos têm manifestado o desejo de reivindicar a identificação indígena, muito embora não tenham ainda uma posição homogênea em torno dessa nova condição “resistente” (7) , mas que a priori pretendem se redefinir enquanto sujeitos históricos e políticos, revelando sua insatisfação diante de uma política e ideologia hegemônicas que os condenaram ao “fim da história”.

NOTAS

(1) Região por onde João Câmara espalhou suas fazendas no então município de Baixa Verde, hoje chamado João Câmara em homenagem ao político empreendedor do algodão na região.

(2) Denominação colonial para designar os diversos povos indígenas que habitavam os interiores do RN, conforme Olavo de Medeiros Filho em: “Índios do Açu e Seridó, p.21. A denominação Tapuia era atribuída aos indígenas de “língua travada” que não falavam a “língua geral” ou nheengatú.

(3) Brejo da Paraíba – aldeamento com invocação de São João, habitada pelos Tapuia de Fagundes (Fagundes-PB).; MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984, pg 78.

(4) Serra de Bananeira/PB- local onde se situava a aldeia Boa Vista- .Aldeamento indígena da Paraíba no século XVIII. Lá se agregavam os índios Tapuias, Canindés, Sucurus da nação Tarairiú. (MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e Seridó ; Brasília,DF;1984)

(5) LIMA, Nestor. Município do Rio Grande do Norte: Baixa Verde, Caico, Canguaretama e Caraubas. Rev. do IHGRN: vol. 27/28/ col. Mossoroense; 1990.

(6) MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal; Departamento Estadual de Imprensa; pg 99; Natal, RN; 1977.

(7) Conforme as mais recentes discussões do movimento indígena, o termo “resistência” ; “povos resistentes” atende melhor os anseios deste movimento. No entendimento dos índios, eles sempre existiram, resistindo à opressão, à violência e ao descaso das instituições numa resistência de séculos, por esse motivo são “resistentes”(I Encontro Nacional dos Povos Indígenas Em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial. Olinda-PE;2003).

BIBLIOGRAFIA

ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 Anos em documentos: Um livro de referência, didático para estudos e consultas sobre documentos que registram a história do Brasil*, ED. Mauad, 2ª Edição, RJ, 1999;

AZANHA, Gilberto e VALADÃO, Virgínia Marcos. *Senhores Destas Terras: Os Povos Indígenas do Brasil: da colônia aos nossos dias*, Atual, SP, 1991;

BARTH, Frederick. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras, in: POUTIGNAT, Philippe (org.), S. Paulo, Unesp: 185-228.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, MEC/ RJ, 2ª Edição 1995;

_____ *História de um Homem.*, Edição Mossoroense, RN, Série C, Vol DCXLIV, 1991;

CARVALHO, Maria Rosário G. de. “De índios ‘misturados’ a índios ‘regimados’”. In: M. Rosário de Carvalho & E. B. Reesink (orgs.): *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridade*: 82-99 (no prelo). s.d.

CAVIGNAC, Julie. *A índia roubada: Estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas no sertão do RN*. Caderno de História vol.2,n2. Natal, EDUFRN, 1995.

_____. *A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte*. Mimeo. 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios do Brasil*. Global, SP, 1983;

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa - as origens brasileiras da teoria de bondade natural*; Topbaks, RJ, 1976;

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. *Os Mendonça do Amarelão: identidade, memória e história oral*. Mneme - Revista de Humanidades <http://www.seol.com.br/mneme>; 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*.SP: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais,1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991; 2000. Censo demográfico do Brasil (Características gerais da população – população por cor, raça e sexo segundo as Mesorregiões, as microrregiões e os municípios).

LOPES, Fatima Martins. *Missões religiosas. Índios, colonos e missionários na colonização do RN*, Recife, UFPE - Mestrado em Historia; 1999.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Baixa Verde, Caicó, Canguarema eb Caraúbas*. Ed. Fac-simelar da Revista IHGRN: Vol. 27/28; Coleção Mossoroense; série C Vol. DXCVI, 1990;

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural I*; Rio de Janeiro,Tempo Brasileiro,1957.

LEVI-STRAUSS,Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*; Petrópolis:Vozes; 1982.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Quando o Sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da História do Seridó Colonial*, O Galo. Jornal Cultural, Natal: Fundação José Augusto, ano XI, 4, abril/maio: 19-22; 2000.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *A escravidão no Seridó: um olhar sobre as fontes judiciais de Caicó e Acari*, Mneme- revista de humanidades <http://www.seol.com.br/mneme>; 2001.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Vivências índias, mundos mestiços: relacionamentos interétnicos na freguesia da gloriosa senhora santa Ana do Seridó entre o*

final do século XVIII e início do século XIX,. Caicó, Monografia de final de curso (História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES; 2002

MARIZ, Marlene & PORTO ALEGRE, Maria Sylvia e DANTAS, B.G. *Documentos para a História Indígena do Nordeste*. NHII-USP/FASEP; São Paulo; 1994;

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande do Norte*. Natal; |Departamento Estadual de Imprensa, 1997;

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, Brasília, Senado Federal; 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os Tarairius, extintos tapuias do Nordeste*, Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 358: 57-72; 1988.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Notas para a história do Rio Grande do Norte*, João Pessoa, Unipê;2001.

MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz. *Etnohistória dos Índios Potyguara: ensaio, relatórios e documentos*. João Pessoa, PR/PB-SEC/PB, 1992;

MONTEIRO, Denise Mattos. *Pão, Terra e Liberdade X Deus, Pátria e Família: as lutas sociais e a evolução política no RN, no pós-revolução de 30*; Série B, nº 2569, Coleção Mossoroense; Mossoró/RN; 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos 'Índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*, Mana, 4/1, Rio de Janeiro: 47-77; 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco. *A Viagem da Volta: etnicidade política e reelaboração cultural do nordeste indígena*. Contra Capa Livraria; Rio de Janeiro; 1999;

PACHECO, Cleudia Bezerra e ROCHA, Raimundo Teixeira. *Estudo Preliminar sobre o Grupo Endogâmico do Amarelão*. Série Estudos de População. Vol 3: s/d; Natal; s/d;

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Estudos Históricos 3, Memória, Rio de Janeiro, 2, 3: 3-15 (<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>); 1989.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 5, nº 10, 1992;

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Rompendo o Silêncio: Por uma Revisão do "Desaparecimento" dos Povos Indígenas* GTHNOS – Revista Brasileira de Etnohistória, ano II, nº 2, Recife/PE, 1998;

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros - Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. Hucitec, SP, 2002.

RIBEIRO, Berta. *O Índio na História do Brasil*, SP; Global, 1983;

RIBEIRO, Darcy. *O Índio e a Civilização*. Petrópolis, Vozes, 1984;

REESINK, Edwin. *Alteridades substanciais. Apontamentos diversos sobre índios e negros*. artigo mimeografado; 1999.

SAHLINS, Marshall. *O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em via de extinção?* PPGAS/ Museu Nacional, 1937;

SANTOS, Paulo Pereira. *Um Homem Admirável: João Severiano da Câmara: O Empresário e Político*. Dep. Est. de Imprensa, Natal, 1997;

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONNE, Luis Donisete. *A Temática Indígena na Escola: subsídios para professores de 1º e 2º graus*, Brasília, MEC, 1995;

TAUNAY, Afonso E. *A Guerra dos Bárbaros*. Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, volume 863:29, 2ª ed. 1995;

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
MUSEU CÂMARA CASCU DO
CIRS/DAN/UFRN**

**ELEOTÉRIO E MENDONÇA:
Oralidade, Memória e Identidade Indígena no Rio
Grande do Norte**

Pesquisadora:
Jussara Galhardo A.Guerra
Museu Câmara
Cascudo/UFRN-Jan/2005

